ABASTECIMENTO INTERNO
NOVAS PERSPECTIVAS

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 7 – Nº 6 JUNHO DE 1983

PERIÓDICOS

FGV-ESCOLA ADM EMPRESAS SP
BIBLIOTECA KARL BOEDECKER
AV 9 DE JULHO 2029 1C.AND
01313 SAO PAULO SP

IMPRESSO

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA DA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
E
BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

COORDENADOR
Tito Bruno Bandeira Ryff

QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

Fatores de Produção; Infraestrutura; Pecuária
Bruno Marcus Rangel Pessanha
Editoração; Arroz; Cevada; Mamona; Comércio Internacional; Feijão
Fernando Roberto de Freitas Almeida
Cana-de-Açúcar; Mandioca; Álcool; Serviço de Dados Básicos
Francisco Antônio da Fonseca Menezes
Algodão; Fruticultura; Olericultura
Iracema Bouzas Pessôa
Milho; Suinocultura; Avicultura; Serviço de Cadastro
Irene Raguenet Troccoli
Oleaginosas; Trigo; Metais Preciosos
Leila Tendrih de Freitas Almeida
Cacau; Café; Fumo; Moeda e Crédito
Régis Norberto da Cunha Alimandro

QUADRO DE APOIO

Diagramação; Composição; Montagem; Arte-Final
Emerson da Silva Martins
Secretária
Jorgina Leite Lemos
Datilógrafo
Damião Roberto Mattos Pinheiro
Mensageiro
José de Oliveira Melo Júnior
Serviço de Documentação
Maria Eunice Rocha

"Agroanalysis" é uma publicação do Grupo de Informação Agrícola do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, editada com apoio do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Agroanalysis, v. I – , n. 1 –; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30 cm Mensal (jan. a dez.)

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola
CDU 631 (05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-2548 e 232-8678
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

Instituto Brasileiro de Economia

ÍNDICE

Página

Comentários

Algodão 2

Arroz 3

Feijão 6

Milho 8

Soja 10

Panorama Agropecuário

Preços no Mercado Externo . . 12

Preços no Mercado Interno . . 14

Preços Relativos 16

NOTA DA EDIÇÃO

Envolto em sérios problemas econômicos, o país viu passar o mês de maio, sem que se fizesse menção ao quarto aniversário do início do processo denominado "prioridade à agricultura", começado em maio de 1979. Através de uma série de medidas de apoio, consubstanciadas num documento divulgado àquela época, o governo federal tencionava incentivar a produção agrícola, de modo a obter uma contribuição maior para o equilíbrio das contas externas, o arrefecimento dos preços internos e a dependência energética.

Tais medidas, no entanto, centradas basicamente na área do crédito, não poderiam corrigir antigas distorções, de ordem estrutural, embora pudessem induzir o setor a trilhar caminhos mais promissores. Assim, os quatro últimos anos assistiram a uma sucessão de safras volumosas, malgrado o fato de que se deva relativizar o sucesso de boa parte da produção alcançada, por ter significado, tão somente, um retorno a patamares anteriormente registrados.

Com efeito, uma rápida visualização do instrumental empregado pelas autoridades governamentais para a consecução do tríplice objetivo preconizado, mostra que, em essência, não houve uma modificação significativa no tratamento da problemática rural. Deste modo, aos problemas pré-existentes, somaram-se novas dificuldades. Por exemplo, preservou-se a dicotomia entre os cultivos domésticos e as lavouras de exportação e agregou-se a este quadro a atratividade do cultivo com fins energéticos. Fora da área de atuação dos grandes programas de desenvolvimento regional (Polocentro, Polonordeste etc. . .) pouco se fez em prol de uma ocupação eficiente das novas fronteiras agrícolas que, nos anos setenta, passaram por um intenso processo de pecuarização.

A trajetória da agricultura brasileira não é, evidentemente, inteiramente equivocada. No entanto, a excessiva concentração do plantio no Centro-Sul e o cultivo de diversos produtos em regiões notadamente inadequadas são alguns dos nós não desatados pela política agrícola do país.

Atualmente, não podem ser avaliadas, ainda, as repercussões da nova sistemática de financiamento para o custeio agrícola. Pode-se supor, porém, que deixará algumas seqüelas que poderão comprometer, em futuro próximo, os resultados recentemente conquistados.

O presente número de **Agroanalysis** *é dedicado à atualização de informações referentes à safra de verão 1982/83 e às perspectivas de comercialização e abastecimento das cinco principais lavouras temporárias (algodão, arroz, feijão, milho e soja), todas afetadas, em diferentes proporções, por problemas climáticos. Dentre elas, destacam-se o arroz e o feijão: o primeiro teve seus dois principais sistemas de cultivo atingidos pela instabilidade do clima e deverá acarretar um razoável dispêndio com importações: quanto ao feijão, reduções na oferta de suas duas grandes safras anuais poderão levar ao esvaziamento dos estoques oficiais. Também no caso do milho, por seus reflexos junto ao setor produtor de rações, talvez seja necessário recorrer ao exterior, para que não sejam prejudicadas a avicultura e a suinocultura.*

Todos os textos, porém, denotam a necessidade de uma atenção permanente para os problemas do campo, pois, se iniciado um processo de desestímulo, revertê-lo será extremamente oneroso.

COMENTÁRIOS

ALGODÃO

Maiores exportações de têxteis ampliarão o consumo da fibra

A produção de algodão da região Centro-Sul, estimada inicialmente em 596 mil t de pluma, segundo a CFP deverá ficar reduzida a menos de 527 mil t, em virtude das quebras ocorridas nos estados de São Paulo e Paraná (ver Quadro 1). A redução de 19% ocorrida na safra paranaense* teve como causa básica a ocorrência de chuvas desde o período de plantio da lavoura, o que acabou reduzindo a produtividade média, de 1.900 kg/ha para 1.540 kg/ha.

Além da redução havida na quantidade produzida, também a qualidade da fibra sofreu com o mau tempo. O tipo médio do algodão paranaense, que nos últimos anos tem oscilado em torno do tipo 6, nesta safra deverá situar-se ao redor do tipo 7, reduzindo, assim, a oferta de algodões de melhor qualidade (do tipo 6 para menos, pela classificação antiga).

No estado de São Paulo, a quebra deverá ser superior aos 3,7% assinalados no levantamento efetuado pela CFP, em abril, tendo em vista que, também naquele estado, ocorreram os mesmos problemas que resultaram na quebra da safra do Paraná. O aparecimento do bicudo nos algodoais paulistas no início deste ano não resultou em nenhuma redução na produção, uma vez que, naquela época, as maçãs do algodão já estavam completamente formadas.

Explica-se, assim, a significativa elevação ocorrida nos preços dos algodões de melhor qualidade, conseqüência da redução ocorrida na oferta, em pleno pico de safra. Junte-se a isso a disposição dos maquinistas de exportar os tipos piores – cujo consumo no mercado doméstico é bastante reduzido – e fazer EGF's com os algodões de tipos superiores, à espera de maiores aumentos nos preços. Compreende-se desse modo a preocupação dos industriais, no tocante ao suprimento do mercado, na medida em que o algodão representa cerca de 65% da matéria-prima consumida pela indústria têxtil do país.

A escassez que caracteriza, no momento, o mercado do algodão, torna-se mais grave quando se considera que o suprimento, principalmente de tipos melhores, poderia ser conseguido com a entrada da safra nordestina no segundo semestre do ano, caso esta também não tivesse apresentado problemas. Deve-se ressaltar, porém, que a seca que caracterizou o plantio e o período de floração deverá reduzir quantitativa e qualitativamente a safra da região setentrional. Tem-se, assim, para um consumo estimado este ano em 615 mil t, uma oferta total que deverá situar-se em torno de 810 mil t de pluma – incluindo-se aí 162 mil t de estoque remanescente da safra 1981/82. Deduzindo-se das 810 mil t o consumo e o estoque regulador (capaz de suprir o mercado por dois meses), restariam apenas 92 mil t de algodão em pluma para serem exportadas este ano. Segundo notícias já divulgadas, a exportação de algodão no período de janeiro a maio já teria superado esse volume pois, somente no Paraná, as vendas para o mercado externo estariam em torno de 70 mil t. Vale lembrar que os algodões exportados situaram-se acima do tipo 7,5, cujo consumo no mercado interno é pouco significativo. Ao que tudo indica, porém, mesmo os tipos inferiores terão que ser consumidos internamente, dada a falta de melhores fibras.

Desse modo, a exportação da quota fixada para este ano, isenta de ICM, de 200 mil t, parece estar inviabilizada. Resta saber, porém, se a indústria estaria disposta a trabalhar com essas fibras (do tipo 7,5 para mais), ou se irá pleitear junto ao governo a importação de algodões melhores. Deve-se ressaltar que, dados os problemas que o país atravessa em seu Balanço de Pagamentos, dificilmente o governo liberaria a importação, a não ser, é claro, que estas fossem extremamente necessárias para o cumprimento de compromissos de exportação da indústria têxtil.

As vendas externas de têxteis que, em 1982, só renderam ao país US$ 658,4 milhões, 24% a menos do que no ano anterior, segundo fontes

* estimativa divulgada pelo DERAL, no mês de maio.

QUADRO 1

ALGODÃO: CENTRO-SUL – Estimativas da Produção das Safras 1981/82 e 1982/83 – (1.000 t)

Estados	1981/82 (A)	1982/83 (B)	1982/83 (C)	B/A	C/B	C/A
Paraná	734.810	842.460	681.120	14,7	–19,1	–7,3
São Paulo	540.600	548.625	520.410	1,5	–5,1	–3,7
Minas Gerais	79.993	78.930	78.930	–1,3	–	–1,3
Mato Grosso do Sul	61.446	67.080	67.080	9,2	–	9,2
Mato Grosso	5.145	4.725	4.725	–8,2	–	–8,2
Goiás	62.868	65.800	65.800	4,7	–	4,7
Centro-Sul	1.484.862	1.607.620	1.418.065	8,3	–11,8	–4,5

FONTE: CFP.
(A) Produção da safra 1981/82.
(B) Estimativa de março da safra 1982/83.
(C) Estimativa de abril da safra 1982/83, à exceção do Paraná, cuja avaliação refere-se ao mês de maio, já incorporando a recente quebra ocorrida

ligadas aos exportadores, deverão este ano retornar, pelo menos, aos níveis de 1981, o que significaria um aumento de 31% nas exportações. Os dados disponíveis até o momento, impedem que uma análise mais aprofundada seja feita sobre o efeito da maxidesvalorização e do *draw-back* verde-amarelo no desempenho do setor têxtil exportador, no período de março a maio. Tudo indica, porém, que o produto brasileiro tornou-se bem mais competitivo, após as duas medidas citadas anteriormente.

O aumento previsto para as exportações de têxteis, este ano, deverá resultar, assim, num maior consumo de algodão – estimado em 615 mil t contra 580 mil t em 1982 – o que, provavelmente, forçará a indústria a adaptar suas máquinas para trabalhar com as fibras piores, na medida em que a importação de algodão dificilmente deverá ser liberada. Tudo irá depender, finalmente, do volume real da safra brasileira de algodão deste ano, cuja última estimativa pode ainda apresentar significativo desvio, tendo em vista, principalmente, o desempenho da safra da região Nordeste.

ARROZ

Ainda não foram dimensionadas as importações

O cultivo do arroz é uma das atividades agrícolas de maior risco, tendo sido considerado, pelo Banco Central, apenas menos arriscado do que a cultura do trigo. Entre os fatores a que se podem imputar a instabilidade acentuada da produção orizícola, o clima é o de maior destaque, sendo que o veranico, em geral, responde por 80% dos casos de Proagro.

Na safra 1982/83, a vulnerabilidade das lavouras a variações climáticas foi especialmente posta à prova, em razão de uma sucessão de eventos altamente desfavoráveis. Deste modo, a redução da oferta da safra, que já era, de há muito, aguardada, devido à redução do plantio, adquiriu proporções cada vez maiores.

Através do Quadro 1, podem ser observados os números referentes à área de cultivo da atual safra, em comparação com os da safra 1981/82. São estimativas elaboradas pela Companhia de Financiamento da Produção, no mês de abril e, atualmente, estão sendo corrigidas.

Embora os reveses climáticos tenham atingido diversas regiões produtoras, a frustração da safra assume maior gravidade, por afetar de forma significativa os arrozais dos dois tradicionais maiores estados produtores, o Rio Grande do Sul e o Maranhão.

No caso das lavouras gaúchas, os problemas estavam sendo esperados desde as operações de semeadura, em outubro e novembro do ano passado. Àquela ocasião, chuvas excessivas impediram que se completasse o plantio no período apropriado, acarretando um grande atraso. Apesar disso, dois fatores podiam, à época, tranqüilizar um pouco os produtores e as autoridades governamentais. Com efeito, o entusiasmo com o excelente resultado obtido na colheita de 1982 levou a que se expandisse o cultivo do cereal no estado (avalia-se a expansão da área em 5% ou 6%), o que poderia contrabalançar as perdas originárias do atraso. Outro atenuante era a expectativa de que as novas variedades BR/IRGA-409 e 410 poderiam cobrir até 60% da área total de cultivo do arroz, no Rio Grande do Sul. Lamentavelmente, se se obteve o crescimento da área, não se conseguiu aumentar tanto a participação dos novos cultivares, justamente em razão do retardo da semeadura, que inviabilizou sua utilização. Deste modo, a principal variedade empregada foi o Blue Belle, tipo de arroz capaz de suportar a mudança obrigatória no calendário de plantio.

Ocorre que o clima não estava realmente disposto a colaborar. Uma estiagem em janeiro obrigou à inundação mecânica das plantações e, logo a seguir, o frio registrado em fevereiro e início de março deu sua contribuição.

Pode-se ver, então, que as recentes enchentes nada mais fizeram

QUADRO 1

BRASIL E REGIÕES: Estimativas de Área Plantada e Produção das Safras de Arroz de 1981/82 e 1982/83 (1.000 ha e 1.000 t)

	Área (1.000 ha)		%	Produção (1.000 t)		%
	1981/82	1982/83		1981/82	1982/83	
Brasil	5.962,5	5.495,9	–8	9.155,0	8.282,8	–10,0
Centro-Sul	4.155,2	3.952,6	–5	7.027,9	7.035,9	0,3
Norte-Nordeste	1.807,3	1.543,3	–15	2.127,1	1.231,7	–42,0

FONTE: CFP (abril).

do que fechar um ciclo de problemas climáticos. Aliás, incidindo principalmente sobre a fronteira Oeste do estado, afetaram basicamente as lavouras localizadas à beira dos rios, que ainda não haviam sido colhidas.

O Quadro 2 apresenta as estimativas de produção da CFP, mostrando que, até abril, ainda se esperava uma produção próxima a 2,5 milhões de t. Tal número já sofreu revisão para menos (2,327 milhões de t) e, talvez ainda se reduza um pouco mais, pois há avaliações ainda menores, ao redor de 2,2 milhões de t.

Quanto ao Maranhão, a estiagem deixou seqüelas ainda mais violentas. Tendo iniciado suas estatísticas sobre a safra maranhense com uma expectativa de produção de 1,1 milhão de t, a CFP crê, atualmente, que a colheita atingirá apenas 500 mil t. Também neste caso poderão ocorrer reavaliações e ainda com mais possibilidade de redução do que no do plantio gaúcho, pois a quebra é mais séria e faltam colher 30% da safra.

Devido à grande disseminação da orizicultura pelo país, o acompanhamento das estatísticas de produção, estoques etc. . . é uma tarefa difícil. Os estados de Rondônia, Amazonas, Pará, Piauí, Ceará, Paraíba, Mato Grosso e o território de Roraima também tiveram suas safras reavaliadas em função das quebras. No cômputo geral, já existem avaliações de que a safra deste ano se situará em torno de 7,8 milhões de t, um grande recuo em relação ao ano anterior, quando foram colhidas 9,155 milhões de toneladas, segundo a CFP (9,548 milhões, de acordo com a FIBGE).

O porte da quebra da atual safra foi suficiente para reativar o mercado do produto e para lançar uma certa preocupação quanto ao abastecimento de arroz. Preocupação ampliada, uma vez que não foi ainda concluído, oficialmente, o levantamento da real posição dos estoques em mãos do governo federal. Supõe-se, porém, que estejam perto de 400 mil t, o que deixa o abastecimento do corrente ano a descoberto. Sabe-se, no entanto, que a retração do consumo do cereal prosseguiu no ano passado, o que significará, do mesmo modo, uma revisão das necessidades da demanda.

Os reflexos dos novos números sobre o mercado também prosseguem, com os supermercados pouco estocados e os preços evoluindo rapidamente (o atacado, em Porto Alegre, mantem-se acima de Cr$ 7.000,00/50 kg desde meados de junho). A alta generalizada dos preços do produto tem como efeito a anulação do ágio de 20% autorizado às aquisições efetuadas pelo IRGA. Realmente, os preços ao produtor gaúcho estão próximos a Cr$ 5.000,00/saca, e o Instituto poderá pagar apenas Cr$ 3.873,97 (preço mínimo de Cr$ 3.228,30, mais o ágio).

A partir das informações hoje

QUADRO 2

ARROZ: Estimativa da Produção da Região Centro-Sul — Safra 1982/83 — 1.000 t

Estado	Produção
Rio Grande do Sul	2.483,1
Goiás	1.128,0
Mato Grosso	875,0
Minas Gerais	754,6
São Paulo	477,5
Santa Catarina	423,4
Mato Grosso do Sul	372,0
Paraná	352,0
Rio de Janeiro	92,8
Espírito Santo	77,5

FONTE: CFP (abril).

disponíveis, pode-se prever uma comercialização agitada para o arroz, pelo menos até o momento em que forem definidas as importações. A este respeito também nada está definido, havendo estimativas de um mínimo de 300 mil t a um máximo de 1 milhão de t. O extremo maior, considerado possível por algumas entidades privadas, parece descartado, tendo mais possibilidade a ocorrência de um ingresso de aproximadamente 400 mil t. Evidentemente, a recontagem dos estoques e a aferição do consumo previsto para este ano é que determinarão o verdadeiro montante a ser adquirido no exterior.

FEIJÃO

Frustradas as safras de 1983, deve-se pensar no próximo plantio

Após o fraco resultado obtido com a safra das águas, também a segunda safra do produto ingressará no rol das frustrações com o cultivo do feijão, no país. Já se sabia que a oferta de ambas as safras dificilmente poderia igualar a de suas precedentes de 1981/82, devido à diminuição da área plantada com a leguminosa, no ano corrente (ver Quadro 1). Com efeito, a Companhia de Financiamento da Produção estimou uma redução de 16% na extensão do cultivo do feijão, na primeira safra e de 12%, no da segunda. Sem poder contar com a esperança de um desempenho excepcional das lavouras, dependente sempre da benevolência do clima, ou do lançamento de novas variedades, por exemplo, o governo federal manteve-se na expectativa das colheitas, com a tranqüilidade de detentor de um volumoso estoque do produto.

Atualmente, acredita-se que a safra das águas tenha sofrido uma redução de mais de 40%, com uma oferta limitada a pouco mais de 880 mil t, o pior resultado dos últimos anos. Quanto à safra da seca, cuja colheita se desenvolve, no Centro Sul, até agosto e, no Norte-Nordeste, até algumas semanas mais tarde, as estimativas de quebra situam-se entre 10% e 20%, podendo ser ampliadas. No ano passado, a segunda safra apresentou um resultado de 1,532 milhão de toneladas, que não poderá ser igualado (esperam-se, hoje, algo em torno de 1,38 milhão de t para a safra atual) devido à seca nordestina e ao excesso de chuvas no Sul. No Nordeste, a quebra já deve estar próxima a 30% e, como a colheita só será iniciada em agosto, a perspectiva do desempenho do plantio é preocupante. No Sul, além da escassez física do produto, há que ser levada em conta a repercussão da precipitação excessiva sobre a qualidade dos grãos.

Tal problema tem sido bastante sentido, em São Paulo por exemplo, estado cuja produção da seca (denominação imprópria, pois foi arrasada pelas chuvas), está sendo avaliada em 156 mil t, pela CFP e, em um máximo de 198 mil t, pelo IEA. Este órgão estima as perdas da primeira safra em cerca de 50%.

Apesar de os produtores paulistas se diferenciarem da média do produtor brasileiro de feijão, por tradicionalmente orientarem seu plantio pelos interesses do mercado, ao qual destinam toda sua produção, problemas de infra-estrutura também afetaram (e estão afetando) sua atividade. Isto porque, diante do grave problema do alto teor de umidade do produto colhido, ressaltam-se não só a escassez de secadores, mas também a sua má distribuição geográfica e o controle, em sua maior parte, por empresas particulares. Em conseqüência, a sua utilização torna-se muito onerosa para os produtores em geral.

Destaque-se que, segundo fonte do estado, as compras governamentais têm sido, este ano, mais rigorosas na classificação das partidas do que no ano passado, quando foram adquiridos grãos com mais de 15% de umidade. Possivelmente uma limitação na dotação de recursos com este fim responde pela maior rigidez adotada pela CFP, na presente comercialização.

Como reflexo imediato das quebras de safra, as cotações do feijão em bolsa dispararam, com a variedade carioquinha alcançando mais de Cr$ . . . 26.000,00/60 kg na Bolsa de Cereais de São Paulo, em meados de junho. A rapidez da alta motivou declarações diversas de técnicos e de autoridades na imprensa, pois os distúrbios sociais verificados em 1980, após uma safra praticamente tão prejudicada quanto a atual (1,895 milhão

de t colhidas em 1979/80, enquanto já se esperam menos de 2 milhões de t, este ano) ainda estão na lembrança de todos.

Evidentemente, o volumoso estoque em mãos do governo federal, passou a ser aventado como recurso capaz de evitar o impacto da alta dos preços sobre o consumidor final do produto. Ocorre, porém, que, numa situação como a atual, também é necessário que se atente para as dificuldades enfrentadas pelos agricultores. Mesmo beneficiados por um tratamento preferencial, os produtores de feijão lidam com uma cultura de risco elevado e com um mercado desorganizado, em que as últimas safras, relativamente abundantes, pressionaram sobremaneira as cotações. Na verdade, se uma quebra de safra, como a atual, promove uma rápida majoração dos preços, parcela significativa desta alta é filtrada no caminho de retorno ao produtor. Há que se considerar, também, que perdas elevadíssimas em nível de propriedade individual não são compensadas pelo aquecimento do mercado. Como exemplo, de situação extremada, pode-se citar o pedido de moratória de três anos encaminhado ao governo paulista, por agricultores que perderam 80% de seu plantio.

Deste modo, chegar-se à maneira mais conveniente de intervir no mercado, através da colocação dos estoques oficiais, torna-se particularmente espinhoso. É necessário impedir uma ascensão vertiginosa dos preços, mas é igualmente importante garantir que a próxima safra das águas não sofra uma retração no plantio capaz de comprometer o abastecimento no início de 1984. Afinal, o desfalque das duas safras principais (ver Quadro 2), em 1983, é de tal magnitude, que os estoques do governo, recompostos em torno de 600 mil t, poderão ser inteiramente absorvidos, até o início do próximo ano.

A possibilidade da terceira safra, a "safrinha" de inverno, contribuir para minorar o aperto no abastecimento interno é insignificante e poderá ser praticamente nula, pois o plantio de inverno está atrasado, em função das chuvas. Além das dificuldades normais enfrentadas por este terceiro plantio (a principal região produtora de São Paulo foi considerada inapta para o feijão, no zoneamento agrícola do estado), o corrente ano está sendo considerado altamente suscetível à incidência de geadas, que poderiam dizimar as lavouras plantadas

QUADRO 1

FEIJÃO — Estimativas de Área Plantada e Produção — Safras 1981/82 e 1982/83
(1.000 ha e 1.000 t)

Safras	1981/82		1982/83	
	Área (1.000 ha)	Produção (1.000 t)	Área (1.000 ha)	Produção (1.000 t)
Águas	2.426,9	1.566,0	2.035,7	884,6
Seca	3.728,2	1.531,6	3.321,6	1.356,7

FONTE: Companhia de Financiamento da Produção (estimativa de abril).

QUADRO 2

CENTRO-SUL – Estimativas da Produção das Safras das Águas e da Seca
1982/83 – 1.000 t

Estados	Safra das Águas	Safra da Seca
Paraná	357,6	32,0
São Paulo	156,0	198,2
Santa Catarina	130,0	67,5
Rio Grande do Sul	79,5	20,0
Minas Gerais	59,9	211,5
Espírito Santo	8,5	37,7
Mato Grosso do Sul	6,8	13,6
Rio de Janeiro	6,0	9,6
Goiás	4,0	101,3
Mato Grosso	1,2	65,3
Distrito Federal	0,1	0,4
Centro-Sul	809,6	757,1

FONTE: CFP (estimativa de abril).

tardiamente. Caso a situação fosse outra, com um calendário correto, a safrinha paulista poderia estender-se por um máximo de 60 mil hectares.

Cabe agora, esperar pelos resultados da safra nordestina, pois é tarde para se incentivar o terceiro plantio. Pode-se, porém, adotar, mais uma vez, um tratamento diferenciado para o cultivo do feijoeiro. De fato, tem-se divulgado que serão antecipados o VBC e o preço básico para a cultura, além do financiamento integral do custeio e da cobertura de 100% do Proagro.

Tais medidas poderão atenuar a tendência à nova redução do plantio, caso os instrumentos de política agrícola sejam considerados satisfatórios pelos produtores. Não se pode ignorar, porém, que os novos juros agrícolas terão uma influência ponderável na amplitude da próxima semeadura e na própria escolha do que plantar, em função da expectativa da rentabilidade de cada cultivo.

MILHO

Diante de um suprimento apertado, talvez seja necessário importar

Após prognosticar um novo recorde na safra de milho deste ano, a CFP viu-se obrigada a rever os números, na medida em que adversidades climáticas nas regiões produtoras solaparam gradativamente aquela expectativa.

Desta forma, em abril, a safra brasileira de milho era reestimada por aquele órgão oficial, 2% abaixo das 23,4 milhões de t previstas em março, ou seja, 22,9 milhões de t, volume semelhante ao colhido na temporada 1981/82. Confirmava-se, assim, o temor de uma sofrível performance nos estados nordestinos, que, devido à falta de chuvas, deverão obter um rendimento médio inferior ao do ano passado. Este fato, aliado à diminuição de 17% na área cultivada com o milho nos estados setentrionais, deverá fazer com que a participação desses estados no total da safra do país decresça dos 6,4% verificados no ano passado, para 4% na atual temporada, o que faz crer que venham a ocorrer problemas de abastecimento do produto nessa região.

Em maio, parte da região Centro-Sul foi assolada por chuvas que atingiram os estados sulinos e São Paulo, no momento em que se iniciava a segunda metade da colheita. Todavia, é difícil saber-se com exatidão a dimensão dos prejuízos nos estados, pois a parcela da safra ainda não colhida certamente sofrerá uma perda de qualidade, devido à permanência das espigas maduras sob chuvas durante um considerável espaço de tempo. Esta ocorrência ocasionará o apodrecimento das espigas, constituindo-se no foco inicial de diversas doenças.

No entanto, sabe-se, preliminarmente, que a produção dos estados do Sul e de São Paulo sofreu uma avaria conjunta da ordem de 8%, ou, aproximadamente, 1,2 milhão de t, sendo que a maior queda de produção deverá ficar por conta de Santa Catarina (menos 560 mil t, ou quase 20%). A queda da produção catarinense assume maior gravidade, uma vez que é a unidade da federação em que a suinocultura e a avicultura (esta, principalmente de exportação) têm grande expressão econômica, o que faz crer que as importações do cereal paranaense, feitas por Santa Catarina, superarão, este ano, as usuais 200 mil a 300 mil t anuais.

Por seu turno, o estado de Minas Gerais passou a contar com uma safra da ordem de 2,672 milhões de t, 5% acima de sua expectativa inicial de 2,5 milhões de t. O pessimismo da primeira estimativa prendia-se ao baixo rendimento que deveria ser obtido na colheita, devido à semeadura tardia (ou mesmo ao replantio) em diversas áreas produtoras. De fato, caso 44 mil ha não tivessem sido prejudicados no plantio, a produção mineira poderia alcançar, este ano, perto de 2,8 milhões de t de milho. O que, mesmo assim, ainda representaria menos 800 mil t do que a tonelagem produzida na temporada anterior.

A produção conjunta dos estados sulinos, São Paulo e Minas Gerais, de acordo com as mais recentes previsões, deverá atingir cerca de 17 milhões de t de milho este ano, contra 18 milhões de t no ano passado. Caso estes cinco estados mantenham sua tradição de responder por cerca de 80% da produção nacional de milho, esta deverá situar-se próxima a 21,3 milhões de t, volume inferior em 7,3% ao da safra 1981/82 e 6,3% menor do que o consumo estimado pela CFP para a atual temporada.

Uma vez que o governo não tem o hábito de divulgar o nível de seus estoques, para evitar manobras especulativas no mercado, fica difícil prever o grau de suficiência (ou insuficiência) da oferta interna para atender ao consumo previsto para este ano. Sabe-se apenas que, em meados de abril, as AGF's somavam 790 mil t e os EGF's, quase 200 mil t, e que o estoque atualmente em mãos do governo lhe permite um raio de ação muito limitado em relação às necessidades do abastecimento interno. O aperto no suprimento do cereal só não será maior, porque as autoridades decidiram (aparentemente) não fazer exportações além daquelas contratadas previamente.

Mesmo asssim, considerando-se que a safra de milho, este ano, não alcançará 22 milhões de t, e que o consumo estimado pela CFP é de 22,7 milhões de t, muito provavelmente a demanda de milho a ser suprida pelo governo, à época da entressafra, alcançará patamar superior à sua estocagem. Neste caso, o recurso às importações será a única saída viável, a fim de evitar o estrangulamento de atividades como a avicultura e a suinocultura, e de permitir o aumento previs-

to da utilização do milho como substituto do trigo importado.

SOJA

Apesar da quebra, uma safra bastante volumosa

A agricultura, atividade econômica de alto risco, é pródiga em surpresas, transcendendo muitas vezes a capacidade de previsão dos analistas mais acurados. O caráter assistemático do clima dos países tropicais, como o Brasil, aumenta mais ainda o grau de indefinição das colheitas. As chuvas torrenciais que caíram sobre o Sul do país, durante o mês de maio, conseguiram alterar profundamente o quadro da produção da maior parte dos cereais e oleaginosas do país, tido então como definido.

No caso específico da soja, a FIBGE, em seu levantamento de abril, estimava uma safra de 16 milhões de t, uma vez que, àquela altura, a lavoura estava sendo colhida, isto é, encontrava-se em último estágio de produção. A verdade é que, apesar de considerada "pronta", a soja estava talvez tão vulnerável quanto em janeiro ou fevereiro, período em que a cultura é mais suscetível a perdas. A chuva ininterrupta impediu o prosseguimento da colheita e provocou estragos irreparáveis nos grãos que ainda estavam no campo.

Deve-se considerar que as surpresas trazidas pela safra 1982/83 começaram bem antes. A redução esperada da área não ocorreu e a estimativa de produção foi corrigida para cima, assim que se conheceram melhor os dados relativos ao plantio. Além disso, o clima evoluiu de maneira bastante positiva durante os meses de desenvolvimento das lavouras, possibilitando a reavaliação, também para mais, das produtividades esperadas nas diversas regiões produtoras. A partir de maio, houve a reversão dessa tendência, ou seja, a produção passou a ser corrigida para menos, a princípio de maneira um tanto desencontrada. Atualmente (meados de junho), com a safra toda colhida, é possível supor que a produção fique no patamar de 15 milhões de t, configurando uma perda de 1 milhão de t em relação à estimativa de abril da FIBGE.

Apesar de tudo, a safra 1982/83 ainda é bem superior à anterior, quando foram colhidas 12,8 milhões de t e próxima à maior produção já obtida no país: 15,2 milhões de t, em 1979/80.

À semelhança do ano passado, as perdas mais pesadas verificaram-se no Rio Grande do Sul. De uma estimativa de produção de 6,17 milhões de t, passou-se a algo em torno de 5,4 milhões de t. A produtividade média estadual, projetada em 1.700 kg/ha em abril (a maior dos últimos onze anos) se reduzirá a 1.550 kg/ha, valor vizinho ao obtido em anos de safras "cheias" como as de 1976, 1977 e 1981.

Outros estados também foram prejudicados. O Paraná registrou perdas da ordem de 100 a 150 mil t, numa produção estimada pela FIBGE, em abril, em 4,5 milhões de t, enquanto Mato Grosso do Sul provavelmente contabilizou menos 80 mil t das 1,978 milhão de toneladas esperadas. Em Santa Catarina, levantamentos iniciais dão conta de uma redução de 40 a 100 mil t, para uma produção estimada em 600 mil t.

Os prejuízos causados pelas chuvas terão dupla repercussão. Os agricultores, o primeiro alvo, serão atingidos na oferta e no preço de seu produto. Com efeito, por mais que a produção menor implique em preços maiores, existe a inevitável depreciação do produto, devido à elevada umidade e a avarias acentuadas dos grãos. Isso se traduz numa redução do preço recebido pelo produtor em relação à cotação do mercado. Também as indústrias enfrentarão problemas. As operações de limpeza e secagem dos grãos colhidos após as chuvas tornam-se mais demoradas e dispendiosas. Por fim, há uma redução na quantidade de soja efetivamente disponível para ser processada.

Iniciada uma reação em cadeia, os consumidores poderão ver crescer os preços do óleo de soja e a balança comercial brasileira perderá algo em torno de US$ 250 milhões. A despeito disso, a receita cambial do complexo soja tem condições de situar-se na faixa de US$ 2,4 a US$ 2,6 bi-

lhões, superando os US$ 2,1 bilhões gerados em 1982. Esse crescimento da receita advirá precipuamente de maiores quantidades exportadas de grão (1 milhão de t, em 1983, contra apenas 500 mil t, em 1982), farelo (8,2 milhões de t, em 1983, e 7,75 milhões de t, em 1982) e óleo (900 mil t, no ano passado, e 860 mil t, em 1982).

Finalmente, as perdas se transmitirão à safra 1983/84. A produção de sementes, em especial as de ciclo médio e tardio, foi bastante afetada podendo-se, desde já, antever problemas na distribuição do plantio, na próxima primavera.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais)
1 – Posição da última semana do mês
2 – Posição da última quinzena do mês
3 – Posição do mês anterior
4 – Posição um ano antes
5 – Comportamento dos Futuros
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Futuros J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	Tendência	Fatores Ponderáveis
AÇÚCAR RAW MERC.–N.Y. US ¢/lb-peso Fonte: Unicom	8,12	9,27	10,44	11,35	9,93		10,30	10,53			11,14	11,54		11,83				F. O. Licht, em sua terceira estimativa de área plantada na Europa, para 1983, reduz em 100 mil ha o total previsto anteriormente.
ALGODÃO 1-1/16" M-Memphis MERC.–N.Y. US ¢/lb-peso Fonte: Unicom	62,95	66,90	67,61	67,44	73,36			74,49		74,80		75,98		76,41				O consumo nos EUA continua aumentando. Última estimativa da produção norte-americana, para a safra 1983/84, revela uma queda de 30% em relação à anterior.
CACAU BAHIA MERC.–N.Y. US$/tonelada Fonte: Unicom	1583,70	1964,00	2053,80	2081,00	2081,00		1994,19			2021,24		2041,67		2062,67				Atrasos nas entregas dos produtos brasileiros e um possível atraso nos embarques da Costa do Marfim influenciarão o mercado.
CAFÉ SANTOS MERC.–N.Y. US ¢/lb-peso Fonte: Unicom	126,76	128,44	131,66	133,53	133,53		126,09			124,60		121,74		119,31				– Cotações sustentadas pelo risco de geadas no Brasil. – Possível aumento das vendas, em bolsa, para a realização de lucros.

NOTA: Spot de Cacau e Café suspenso. As posições da Última Semana, Última Quinzena e do Mês Anterior referem-se ao futuro 1ª entrega.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Futuros J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	Tendência	Fatores Ponderáveis
MILHO TWO YELLOW MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	276,57	339,43	324,10	324,20	309,76		299,86			278,20			300,05		307,56			As conversações EUA-URSS para a renovação do acordo de fornecimento de grãos assumem ritmo mais lento do que o desejado pelos norte-americanos.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	656,70	626,81	619,98	615,90	630,85	636,69	642,07		652,77		665,18		680,58		688,84			Apesar da redução esperada na safra norte-americana, é possível um aumento (em relação à estimativa anterior) dos estoques finais naquele país.
SOJA FARELO MERC.–CHIC. US$/tonelada Fonte: Unicom	192,00	184,23	181,25	179,30	184,03	185,53	187,36	188,78		193,45	195,41		200,33					Os EUA deverão exportar 8,1 milhões de t do produto – 700 mil t a menos do que o previsto antes – em função da redução das compras da CEE e do aumento das vendas argentinas.
TRIGO SOFT RED MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	346,36	356,05	355,68	351,85	355,95		363,23			379,71			391,80		393,87			– O USDA está estimando a produção mundial em 470 milhões de t, 2% menos do que há um mês atrás. – É acirrada a concorrência entre os países exportadores do cereal.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais)
1 – Posição da última semana do mês
2 – Posição da última quinzena do mês
3 – Posição do mês anterior
4 – Posição um ano antes
5 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Tendência	Fatores Ponderáveis
ALGODÃO Tipo 6–Sul do BR MERC. – SP Cr$/15 kg Fonte: Bolsa de Mercadorias de SP	7270,36	10137,50	10700,00	10820,00		Oferta reduzida de algodões de tipos melhores pressiona os preços. Industriais reivindicam fim das exportações.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	9641,04	9379,55	9495,00	9640,00		Possível quebra de até 75% na safra do Maranhão soma-se aos problemas do produto no Sul.
CAFÉ Tipo 7/8 MERC. – RJ Cr$/sc. 60 kg Fonte: Cent. do Com. de Café do RJ	37020,32	33091,82	33215,00	33372,00		– Risco de geada. – Chuvas atrasam a colheita.
BOI GORDO – MERC. – Pres. Prud. Cr$/arroba Fonte: IEA-SP	5895,62	7000,00	7000,00	7000,00		– Indefinição quanto ao plano de estocagem de entressafra. – Aumento das exportações. – Dificuldade de repasse dos preços no mercado retalhista.

Corrigidos pelo IGP, col. 2 – Conjuntura Econômica-FGV.
NOTA: Cotações de Algodão correspondem a 1º Futuro.

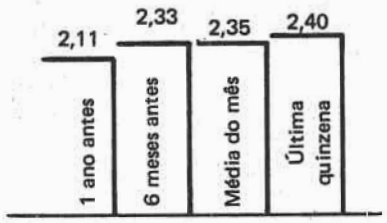
As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza sujetiva, sujeitas a mudanças, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena*	Posição Última Semana	Tendência	Fatores Ponderáveis
FEIJÃO Carioquinha Especial MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	10287,91	13477,27	13800,00	14100,00		– Frustração da safra da seca, no Sudeste e no Nordeste. – Problemas com a qualidade do produto.
FRANGO Vivo MERC. – SP Cr$/kg Fonte: APA	212,91	284,82	300,00	300,00		Produtores serão pressionados a aumentar o preço da ave devido aos aumentos dos preços da soja e do milho.
MILHO Amarelo Semiduro MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	2347,38	2277,27	2515,00	2560,00		Quantificação das perdas da safra no Centro-Sul agita o mercado do grão.
SOJA - GRÃO Industrial MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	4747,82	4962,50	5077,50	5170,00		Quebra da safra brasileira deverá reduzir a oferta interna em 1 milhão de t.

Corrigidos pelo IGP, col. 2 – Conjuntura Econômica-FGV.

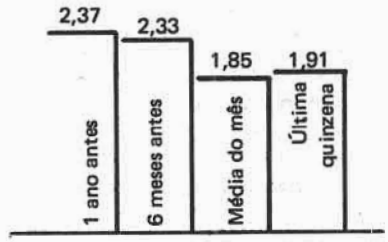
PREÇOS RELATIVOS – MERCADO EXTERNO

Algodão / Soja



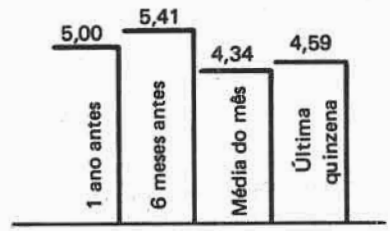
Mais elevado do que o valor apresentado na média do mês, o preço relativo algodão/soja da última quinzena reflete o aumento de 1,1% no preço da fibra, enquanto a cotação da soja caiu 1,1% no período. Pelo lado do mercado do grão, destacaram-se, como fatores ponderáveis, a grande disponibilidade do produto nos EUA, paralelamente a uma demanda estável e à expectativa de obtenção de uma elevada safra, este ano, naquele país. Já a movimentação do preço do algodão foi influenciada pelo grande estoque norte-americano da fibra, em nível suficiente para a estabilidade do abastecimento mundial.

Soja / Milho



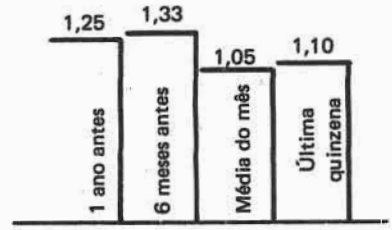
Voltou a elevar-se, na última quinzena, a relação de preços entre a soja e o milho, embora ainda se encontre em patamar inferior ao de um ano antes. De fato, o pessimismo voltou a tomar conta do mercado norte-americano do cereal, acarretando uma queda na cotação, da ordem de 4,5%, em comparação com o preço médio do mês. Isto porque os debates visando à renovação do acordo de fornecimento de grãos à URSS vêm-se processando mais lentamente do que desejariam os norte-americanos, o que pode levar os soviéticos a adquirirem pouco grão aos EUA, mesmo considerando as quedas da produção granífera da URSS.

Algodão / Milho



As movimentações, acima explicitadas, dos preços do algodão e do milho na última quinzena, justificam o mais recente patamar deste preço relativo, que é, por sua vez, inferior ao de um ano antes.

Trigo / Milho

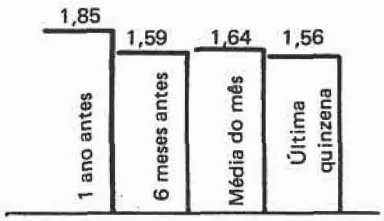


A luta generalizada dos países exportadores de trigo, para manterem suas participações no mercado mundial, manteve inalterado o seu preço, na última quinzena do mês, em relação à média do mês. Como, a esta estabilidade, associou-se a desvalorização de 4,5% do preço do milho, o preço relativo trigo/milho da última quinzena aumentou em relação ao precedente.

FONTES: Algodão: Unicom, Cotton World Statistics. Soja, Milho e Trigo: Unicom, Commodity Year Book.

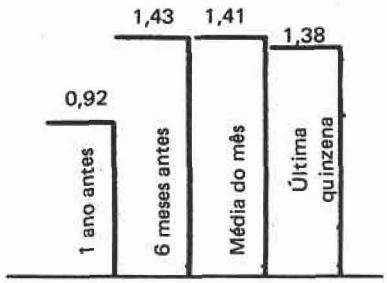
PREÇOS RELATIVOS – MERCADO INTERNO

Boi Gordo
Frango Vivo



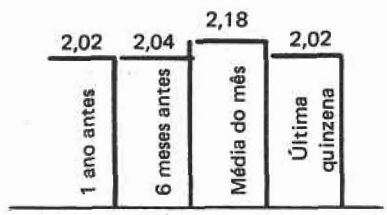
A elevação de 5,3% havida no preço do frango vivo durante a última quinzena levou o preço relativo boi gordo/frango vivo a decrescer, tendo em vista que o preço do boi gordo permaneceu estacionário no período. O crescimento do preço da ave correspondeu à pressão exercida pelos preços do milho e da soja, enquanto os preços do boi gordo mantiveram-se estáveis, devido à compressão do poder de compra do consumidor de carne bovina.

Frango Vivo
Ração Ave Corte



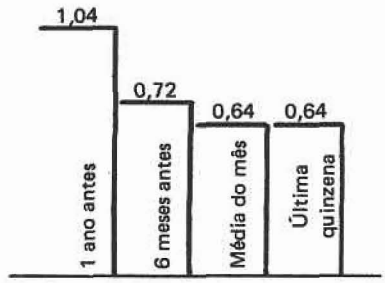
Beneficiando-se do aumento passado havido no preço da arroba do boi gordo, o preço do frango vinha-se mantendo em patamares compensadores para o criador, muito embora as recentes frustrações das safras de milho e soja tenham aquecido os preços da ração. Na última quinzena, no entanto, o aumento de 5,3% verificado no preço da ave, em comparação com a média do mês, não foi suficiente para compensar o ganho de 7,6% do preço da ração, fazendo cair a margem de lucro do avicultor, embora esta ainda seja muito superior à de um ano antes.

Soja
Milho



Igual ao preço relativo de há um ano, o quociente da última quinzena apresentou decréscimo em relação à média do mês, pois o aumento de 10,4% observado no preço do cereal suplantou o ganho de 2,3% havido na cotação da soja no período. De fato, as chuvas ocorridas no Sul do país, tendo provocado a interrupção da colheita do milho naqueles estados, ocasionaram o aquecimento no preço do cereal, cuja expectativa inicial era, no entanto, de que viesse a ser comercializado ao preço mínimo de garantia.

Feijão Preto
Feijão Carioquinha



Não se alterou este preço relativo durante a última quinzena, em relação à média do mês.

FONTES: Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP. Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA. Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPANHIA
BRASILEIRA DE
ARTES
GRAFICAS
RUA RIACHUELO 128 TEL. 222-3359

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 - Caixa Postal 9052 - ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP 22.250 - Rio de Janeiro - RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Eugênio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr. e Octávio Gouvêa de Bulhões. Membros Suplentes: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Renato Corrêa Paes.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: João Carlos Vital
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Antonio Ribeiro França Filho, Celso Timponi, Cezar Reis Cantanhede e Almeida, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Pôrto, Salles/Interamericana de Publicidade S.A. e Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Eugênio Gudin, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Luiz Aranha Corrêa do Lago
Grupo de Gerência e Economia da Informação: Moacyr Antonio Fioravante

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza
- Centro de Contas Nacionais: Ralph Miguel Zerkowski
- Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
- Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
- Grupo de Análise Contábil: Sebastião Marcos Vital

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza
- Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
- Centro de Estatística Econômica: Marcos Ferreira de Souza
- Centro de Processamento de Dados: Eugênio Decourt
- Grupo Especial de Consumo: Roberto Maia de Camargo Abib